

## MULHERES NA POLÍCIA MILITAR PARANAENSE A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

Lourenço Resende da Costa<sup>1</sup>

COSTA, Lourenço Resende da. Mulheres na polícia militar paranaense a partir da década de 1970. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 6, n. 12, p. 106-110, 2019. Resenha: MOREIRA, Rosemeri. **Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2016. 210, p.

O livro de Rosemeri Moreira é fruto de pesquisa desenvolvida durante seu Mestrado em História na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisa concluída em 2007<sup>2</sup> e publicada em 2016 pela editora da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). No trabalho a autora analisou como se deu a entrada das mulheres na composição da Polícia Militar do Paraná (PMPR) a partir da segunda metade da década de 1970, uma instituição até então exclusivamente masculina no Estado e em quase todas as demais unidades federativas do país. O Estado de São Paulo era a exceção nesse quesito<sup>3</sup>.

A autora dividiu o livro em três capítulos. No primeiro *“Pela letra da lei: a invenção da mulher policial no Paraná”* a historiadora analisou como se deu a criação da policial militar feminina no Estado na década de 1970. Para tanto a autora se utilizou de fontes oficiais para a fundamentação da grafia de suas análises: leis, portarias e diretrizes. Rosemeri Moreira, além de questões específicas da criação, desenvolvimento e funcionamento da PMPR a partir da inserção de mulheres na corporação, apontou a importância do contexto dos anos setenta para que tal empreendimento fosse efetivado no Estado. No contexto paranaense havia um alinhamento entre o governo estadual e o federal, principalmente entre Ney Braga e seu grupo político no Paraná e o presidente Ernesto Geisel.

Nos anos setenta o movimento feminista estava se organizando no país e os debates acerca da desigualdade entre homens e mulheres passaram a ser pautados de modo mais constante. Mas, mesmo o Paraná estando na vanguarda da esmagadora maioria dos

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor de História no Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. Correio eletrônico: resendedacosta@gmail.com

<sup>2</sup> O título da dissertação, que deu origem à publicação desse livro pela Editora da UNICENTRO, é *“Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná”*.

<sup>3</sup> No Estado de São Paulo as mulheres puderam ingressar na Polícia Militar na década de 1950.

Estados no que se refere à inclusão de mulheres na Polícia Militar, a documentação e declarações de Oficiais da PMPR, a partir de Ofícios, demonstram como as questões de gênero eram repetidamente reiteradas. Algumas vezes mesmo que de forma não explícita o papel feminino, conforme entendimento do senso comum reproduzido social e culturalmente, acabava interferindo nas atribuições e/ou no que se desejava de uma policial Militar.

Delimitação imposta na função ligada a um tipo de policiamento que as aproximava da ideia de moral, de maternidade e auxílio-proteção; colocando-as em espaços de grande alcance visual, não somente da instituição sobre a sociedade, mas, principalmente, da sociedade sobre a instituição e em funções militarizadas.<sup>4</sup>

Mas, em alguns documentos norteadores, sejam a respeito da conduta esperada de uma Policial Militar ou do processo de recrutamento de mulheres para integrarem a corporação, as distinções de gênero são explícitas. O processo de seleção para as mulheres que desejam ingressar na carreira militar trazia exemplo claro de como a noção sociocultural do que era o feminino e do que era o masculino para a sociedade dos anos setenta. Uma das etapas da avaliação, que não existia para os homens, consistia em uma entrevista com a recrutadora. Nessa entrevista uma das preocupações era verificar se a candidata era *mulher de verdade*<sup>5</sup>.

A constatação de que algumas candidatas eram lésbicas era tida como negativa pelos órgãos responsáveis pelo processo seletivo, pois não era a *mulher de verdade* idealizada pela sociedade (ou pelo menos não na visão do comando da PMPR). Portanto, além de uma conduta pública pautada pelas atribuições de gênero, havia uma expectativa de que na vida privada as policiais também se portassem do modo socialmente aceito e/ou estipulado do que era *ser mulher* e do que *era feminino*. Isso era verificado na entrevista com a recrutadora: “O mecanismo da entrevista para a admissão era exclusivo às mulheres, como meio de observar e questionar de perto o enquadramento ao ideal de feminilidade da instituição”<sup>6</sup>.

No capítulo 2 “*Mulheres na caserna*” Rosemeri Moreira analisou como a idealização do que vinha a ser um corpo feminino se adequava ou não ao que é/era preceituado pelo militarismo. Para tanto a autora deteve seu olhar, nesse segundo capítulo, no processo de recrutamento, seleção e treinamento da primeira turma de policiais mulheres em Curitiba.

---

<sup>4</sup> MOREIRA, Rosemeri. **Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2016. p. 78.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>6</sup> Idem.

A Polícia Militar feminina no Paraná surgiu num contexto de repressão, em plena Ditadura Militar, e na sua formação também pesa a cultura brasileira que historicamente, desde a chegada dos portugueses, observa uma dupla moral para homens e mulheres. Nesse ambiente o comando da PMPR e conseqüentemente o Estado Brasileiro, buscavam da policial militar mulher uma conduta ligada à supostas essências femininas. A partir de Portarias e Ofícios é possível notar que a expectativa em relação às mulheres policiais era a de que atuassem de modo maternal e civilizador para contrastar com a virilidade e a truculência masculina:

De forma explícita, a chamada “Missão” da mulher policial militar, presente na legislação fundadora, junto às diretrizes e portarias subsequentes, baseava-se, em primeiro plano, no discurso essencialista maternalista e, em segundo plano, no poder civilizador proveniente das características componentes dessa mesma essência.<sup>7</sup>

A entrada de mulheres na PMPR também suscitou estranhamento dentro da corporação, pois aquele era até então um ambiente exclusivamente masculino. Nas entrevistas que a pesquisadora fez com mulheres policiais que ingressaram na primeira turma há relatos da percepção de uma resistência ou mesmo aversão, ainda que camuflada, dos homens em aceitá-las no mesmo ambiente de trabalho.

A formação das primeiras mulheres selecionadas foi realizada em ambiente distinto daquele onde era feita a preparação dos novos praças homens. Portanto, o direito de ocupar determinados locais, físicos ou sociais, é marcado muitas vezes também pelo gênero. No final da década de 1970 uma mulher na PMPR era algo difícil de ser assimilado por homens de uma sociedade que delimitava e interditava espaços às mulheres.

A historiadora chama a atenção para a naturalização do estranhamento mútuo de homens e mulheres naquele contexto o que de certo modo reforçava a ideia de que a PMPR era uma instituição masculina. O que pode ser destacado em algumas entrevistas citadas por Rosemeri Moreira é a atual percepção de mulheres formadas naquele período. Para algumas era compreensível a resistência e até a animosidade de praças homens com a presença feminina. Essa compreensão, após o avanço das discussões e conquistas de maior igualdade entre homens e mulheres, demonstra como na década de 1970 a divisão sexual estava<sup>8</sup> arraigada na sociedade paranaense e brasileira de modo geral<sup>9</sup>. Se algumas

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>8</sup> E essa divisão sexual ainda não foi extinta e continua vigente, algumas vezes de modo mais explícito outras vezes de maneira mais velada.

<sup>9</sup> Lembrando que as candidatas que ingressaram no primeiro curso de formação para mulheres policiais militares em Curitiba não eram apenas da capital paranaense. Havia mulheres curitibanas, bem como do interior do Estado e também de outras unidades da Federação.

provas físicas no processo seletivo eram menos exigentes para as mulheres a conduta destas na vida privada cotidiana era extremamente vigiada.

Outro aspecto discutido pela autora nesse segundo capítulo e que evidencia as tentativas de anular certos modos da feminilidade ou ao menos normatiza-la é a aparência das mulheres policiais militares. Diversos documentos oficiais foram elaborados para estabelecer que os cabelos das praças mulheres deveriam ser presos e/ou mais curtos, estes não poderiam ser pintados e era vetado o uso de peruca. O uso de adereços como brincos de argola, por exemplo, se não fossem discretos eram expressamente proibidos. Essas diretrizes não eram orientações meramente facultativas, a sua não observância era passível de punições.

No terceiro e último capítulo “*Compondo as ruas e a si mesmas*”, Rosemeri Moreira lança seu olhar para o período de atuação das mulheres nas ruas da capital paranaense, uma vez concluído o curso de formação. Nas páginas do referido texto a pesquisadora busca verificar se a imagem idealizada da mulher policial militar, buscada pela instituição, era compatível com as pessoas reais que atuavam nos mais diversos pontos da capital.

Interessante que a PMPR não eliminou o feminino da farda das mulheres policiais. Em vez de calça, como os homens, elas usavam uma saia-calça. Porém, por tudo o que foi discutido no capítulo 2, notamos que não se objetivava eliminar a feminilidade, mas esta deveria estar em consonância com o que o comando da PMPR, homens, entendia como correto e decoroso.

Outra questão relevante é o esforço da PMPR de, por um lado, formatar a feminilidade e ao mesmo tempo não deixar que o discurso feminista, que questionava a ordem social sexuada, tivesse aderência na tropa. Para isso a presença da Cel. Janete da Polícia Militar de São Paulo foi essencial no início dos trabalhos da PMPR feminina. Ela trazia consigo a postura de uma policial militar, sem os cabelos longos e revoltos e nem os adereços da mulher civil, mas era casada e mãe. Com isso a PMPR, nas palavras de Rosemeri Moreira, afirmava e reafirmava “que as mulheres policiais não iriam ocupar o lugar/função que caberia aos homens na corporação, e que somente utilizariam o *amor* que lhes é/era peculiar”<sup>10</sup>. Nesse sentido, vemos que a PMPR não queria ser, em hipótese alguma, promotora de questionamentos da ordem sexuada vigente, conforme salientado anteriormente.

Os lugares, numa perspectiva certonian<sup>11</sup>, ao serem vivenciados e praticados são transformados em espaços que transmitem significados e podem ser interpretados pelos

---

<sup>10</sup> MOREIRA, op. cit., p. 140. [Grifo no original].

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

indivíduos que “transitam pelo ambiente”. Os locais destinados à atuação dessas mulheres, no início de suas atividades em meio à população, demonstram a divisão de gênero dentro da corporação. Os espaços escolhidos pelo comando da PMPR para o trabalho da ala feminina da tropa eram aqueles de grande circulação de pessoas.

A autora denomina de “*espaços para ser vista*”, “*espaços para ver e ser vista*” e “*espaços para conter, ver e ser vista*”, os locais em que elas atuavam. Nas duas primeiras configurações o olhar vigilante e a presença deveriam bastar, pois a força física ainda era compreendida como uma atribuição masculina: “Com relação aos espaços denominados de ‘espaços para conter, ver e ser vista’, consta que foi empregado o policiamento feminino, de forma excepcional, nos campos de futebol”<sup>12</sup>. Mas, essa também era uma estratégia do Estado Brasileiro que objetivava, no contexto de um Regime de Exceção, apresentar para a população uma polícia mais preventiva e humanizada e menos repressiva.

O livro de Rosemeri Moreira “*Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*” propicia o aprofundamento da discussão acerca das categorias “mulher”, “força” e “poder” e suas imbricações. Demonstrando que todas essas categorias são históricas a autora contribuiu para o debate que questiona a divisão sexual ainda vigente em muitas áreas e explícita em diversas situações.

Outrossim, as análises contidas no trabalho ajudam a pensar o processo de construção e desconstrução de conceitos como feminino, mulher, gênero, masculino, militar e militarismo, apontando sempre que tais definições são construídas e não dizem respeito a sujeitos unívocos e com uma essência atemporal. Por fim, a obra resenhada é uma leitura fundamental não apenas para quem estuda a inserção de mulheres na carreira militar, seja no Paraná ou qualquer outra unidade da Federação. O debate ultrapassa esse recorte temático e lança luz para a histórica luta das mulheres por igualdade de gênero.

Recebido em 07 de janeiro de 2019 e aprovado para publicação em 28 de agosto de 2019

---

<sup>12</sup> MOREIRA, op. cit., p. 166.